

**QUESTÃO INDÍGENA**

Lindauro Gomes/AE

**Índios criam conselho para defender direitos**

*Aprovação de estatuto, reestruturação da Funai e combate a brigas internas são metas prioritárias*

**CHICO ARAÚJO**  
 Especial para o Estado

**B**RASÍLIA – Líderes indígenas de 108 etnias criaram em Brasília um novo órgão para defender seus direitos, o Conselho Nacional dos Povos Indígenas, apesar de existir estrutura semelhante na Fundação Nacional do Índio (Funai). A aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, a reestruturação da Funai e o combate às brigas internas são as metas prioritárias dos dirigentes do conselho empossados ontem. O Estatuto do Índio, que tramita há cinco anos no Congresso, prevê a demarcação das áreas indígenas de todo o País e estabelece novas políticas de educação, saúde e proteção aos índios brasileiros.

O cacique Megaron Txukaramãe, da etnia caiapó, de Mato Grosso, foi eleito presidente do conselho. “Nossa principal luta é sensibilizar as autoridades para a gravidade da questão indígena”, explica Megaron.

“Não queremos dinheiro vivo, mas respeito aos povos indígenas”, avisa o secretário do recém-criado conselho, Álvaro Tucano, da etnia tucano do



Megaron (segundo, a partir da esq.): objetivo é sensibilizar governo

Amazonas. Segundo ele, a entidade está preparando uma audiência com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, no dia 15, em que serão entregues reivindicações do conselho, como a reestruturação e o aumento do orçamento da Funai.

Segundo Álvaro Tucano, o conselho buscará parcerias com os Estados, municípios, empresas privadas e entidades humanitárias nacionais e internacionais para criar meios de atendimento dos índios, principalmente na Amazônia.

O conselho também pretende contribuir com o governo federal na formulação de uma nova política indigenista. Para isso, a entidade promoverá encontros com sertanistas, indigenistas, antropólogos e militantes do indigenismo para coletar informações destinadas a mudar a realidade indígena.

**Gasoduto** – Cerca de 150 índios guaranis das Aldeias

Pindoty, Tarumã, Pirai e Laranjeiras, no norte de Santa Catarina, exigem indenização da Petrobrás por causa da passagem do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) próximo a suas regiões.

Segundo o representante

do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Santa Catarina, Clóvis Antônio Brighenti, os índios pedem os mesmos benefícios definidos para aldeias de Mato Grosso do Sul, São Paulo e região metropolitana de Florianópolis, às quais foi concedido quase R\$ 1,1 milhão, por terem sido afetadas pelo gasoduto.

O assessor de Meio Ambiente do Serviço de Engenharia da Petrobrás em Curitiba (PR), Valter Shimura, argumenta que, na época em que foi feito o estudo sobre as áreas indígenas no trecho entre Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) e Porto Alegre (RS), havia no norte de Santa Catarina apenas pequenos grupos de índios. Eles não foram caracterizados como aldeias e, por isso, ficaram fora da indenização. (Colaborou Leo Castro)

**INICIATIVA PARTIU DE LÍDERES DE 108 ETNIAS**